



Demonstrações financeiras consolidadas

30 de setembro de 2015

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1	DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	4
1.1	RESULTADOS 3º TRIMESTRE 2015	4
1.2	RAB MÉDIO E INVESTIMENTO	7
1.3	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE JULHO E 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014	8
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	11
1	Informação geral	16
2	Base de preparação	20
3	Principais políticas contabilísticas	20
5	Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis	28
6	Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	32
7	Imposto sobre o rendimento	34
8	Ativos e passivos financeiros	39
9	Ativos disponíveis para venda	41
10	Clientes e outras contas a receber	45
11	Instrumentos financeiros derivados	46
12	Caixa e equivalentes de caixa	51
13	Capital social e ações próprias	51
14	Empréstimos obtidos	53
15	Obrigações de benefícios de reforma e outros	55
16	Provisões para outros riscos e encargos	57
17	Fornecedores e outras contas a pagar	58
18	Vendas e prestação de serviços	59
19	Rendimentos e gastos de construção	59
20	Outros rendimentos operacionais	60
21	Fornecimentos e serviços externos	60
22	Gastos com pessoal	61

23	Outros gastos operacionais	61
24	Gastos de financiamento e rendimentos financeiros	62
25	Contribuição extraordinária sobre o setor energético	62
26	Resultado por ação	63
27	Dividendos por ação	63
28	Garantias prestadas	64
29	Partes relacionadas	64
30	Eventos subsequentes	68

1 DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 RESULTADOS 3º TRIMESTRE 2015

PRINCIPAIS INDICADORES

No 3º trimestre de 2015, o EBITDA apresentou um ligeiro decréscimo face ao mesmo período do ano anterior (-0,5%; -1,9M€), ascendendo a 372,3M€, refletindo por um lado o efeito negativo das alterações introduzidas no novo período regulatório do sector elétrico, compensado pela mais-valia gerada com a venda da participação que o Grupo REN detinha na Enagás (+20,1M€).

O resultado financeiro manteve uma tendência de evolução positiva, registando uma melhoria de 10,8% (+8,6M€) face ao mesmo período do ano anterior, como resultado da redução conseguida no custo médio de financiamento do grupo, que caiu 0,7p.p., dos 4,7% para os 4,0%. Por sua vez, a dívida líquida situou-se nos 2.447,0M€, um ligeiro aumento de 15,1M€ para o qual contribuiu o pagamento dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural adquiridos à Galp.

O resultado líquido cresceu 13,0M€ (+16,5%) para os 91,6M€, refletindo não apenas os efeitos acima, mas também o efeito positivo não recorrente de 9,9M€ relativo à recuperação de impostos associados à imparidade/reavaliação de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP.

O investimento cresceu 76,5M€ (+110,3%), para os 145,8M€, enquanto as transferências situaram-se nos 79,6M€, um acréscimo de 65,7M€ face ao ano anterior, ambos influenciados pelo impacto da aquisição dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural à Galp (71,4M€). Refletindo o mesmo efeito, o RAB médio cresceu 74,7M€ (+2,2%), situando-se nos 3.534,2M€.

Principais indicadores [Milhões euros]	Setembro 2015	Setembro 2014	Var.%
EBITDA ¹	372,3	374,2	-0,5%
Resultado financeiro ¹	-70,5	-79,0	10,8%
Resultado líquido ²	91,6	78,7	16,5%
Resultado líquido recorrente	93,3	106,0	-11,9%
Capex total	145,8	69,3	110,3%
Transferências para Exploração ³ (a custos históricos)	79,6	13,8	474,9%
RAB médio (a custos de referência)	3.534,2	3.459,5	2,2%
Dívida líquida	2.447,0	2.432,0	0,6%
Custo médio da dívida	4,0%	4,7%	-0,7p.p.

RESULTADO OPERACIONAL – EBITDA

O EBITDA ascendeu a 372,3M€ no final de setembro de 2015, um ligeiro decréscimo face ao mesmo período do ano anterior (-0,5%; -1,9M€).

Os principais efeitos que contribuíram negativamente para esta evolução foram:

- **A redução da remuneração dos ativos (-30,9M€)**, verificada essencialmente nos ativos pertencentes ao sector elétrico, refletindo a redução da taxa de remuneração de ativos sem prémio de 7,76% para 5,99%, e da taxa de

¹ O proveito financeiro decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal (0,3M€) – denominado FTR (Financial Transaction Rights), foi reclassificado de resultados financeiros para Proveitos.

² Valor de 2014 reexpresso (ver Nota 3 do Relatório e Contas).

³ Inclui aquisições diretas *RAB related*

remuneração com prémio de 9,26% para 6,74%. As principais alterações decorrentes do novo período regulatório com impacto na remuneração dos ativos da eletricidade foram: i) a alteração do indexante da taxa de remuneração dos ativos, que passou a ser a cotação média aritmética diária das OT da República Portuguesa a 10 anos, tendo sido definido um ponto de partida do RoR de 6,4% (que compara com 9,0% no período anterior); ii) a redução do prémio para investimentos eficientes de 1,5% para 0,75%.

- **O decréscimo nos proveitos de Opex do grupo (-5,8M€, -7,9%),** dos quais -6,7M€ resultaram da revisão do limite máximo dos custos permitidos na atividade de transporte da eletricidade, no novo período regulatório;

Por outro lado, a contribuir favoravelmente para a evolução do EBITDA estiveram:

- **A mais-valia gerada com a venda da participação da Enagás (20,1M€);**
- **A evolução da recuperação de amortizações (+5,5M€),** consistente com o aumento da base de ativos regulada;
- **A redução conseguida nos custos operacionais (-1,7M€; -2,3%),** dos quais -0,7M€ em custos com pessoal e -1,0M€ em custos externos;
- **Efeitos de outras rúbricas em cerca de +7,4M€** tendo em conta nomeadamente alguma melhoria de performance reconhecida nas alterações introduzidas pelo novo período regulatório no sector elétrico, em particular o incentivo para manter em operação ativos já em fim de vida útil evitando investimentos de substituição.

EBITDA [Milhões euros]	Setembro 2015	Setembro 2014	Var.%
1) Proveitos de Ativos	330,8	346,9	-4,6%
Remuneração do RAB	161,8	192,7	-16,0%
Diferenças de alisamento e efeito de neutralidade (gás)	-2,6	-4,4	40,9%
Remuneração Terrenos	0,2	0,1	69,0%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,5	0,6	-1,2%
Incentivo à extensão do fim de vida útil	13,9	6,5	114,5%
Recuperação Amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	143,5	138,1	3,9%
Amortização dos subsídios ao Investimento	13,5	13,3	1,2%
2) Proveitos de Opex	68,4	74,2	-7,9%
3) Outros Proveitos	34,4	13,5	154,9%
4) TPE's (capitalizados no investimento)	12,0	14,5	-17,2%
5) Rendimentos de construção - Ativos Concessionados	133,5	54,8	143,6%
6) OPEX	72,9	74,6	-2,3%
Custos com Pessoal ⁴	38,9	39,5	-1,6%
Custos Externos	34,1	35,1	-3,0%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	133,5	54,8	143,6%
8) Provisões	-0,2	0,2	n.m
9) Imparidades	0,6	0,0	n.m
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	372,3	374,2	-0,5%

⁴ Inclui custos com formação e seminários

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do 3º trimestre aumentou 13,0M€ (+16,5%) para os 91,6M€, suportado pelo bom desempenho do resultado financeiro, que melhorou 10,8% seguindo a tendência de redução do custo médio de financiamento (-0,7 p.p.) e pela existência de um efeito não recorrente de 9,9M€ relativo à recuperação de impostos associados à imparidade/reavaliação de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP.

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente decresceu 11,9% (-12,6 M€), devido essencialmente às alterações regulatórias no sector elétrico com impacto negativo nos proveitos regulados. Os itens não recorrentes considerados no 3º trimestre de 2015 e no mesmo período de 2014 são os seguintes:

- i) Em 2015: i) *cost of carry* do penhor do Banco Europeu de Investimento (2,9M€; 2,0M€ após efeito fiscal); ii) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida no Orçamento de Estado para 2015 (25,4M€); iii) Mais-valia gerada com a venda da participação detida na empresa Enagás (-20,1M€; -16,1M€ após efeito fiscal); iv) efeito não recorrente relativo à recuperação de impostos associados à imparidade/reavaliação de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP (-9,9M€;-9,7M€ líquidos de custos associados e após efeito fiscal)
- ii) Em 2014: i) *cost of carry* do penhor do Banco Europeu de Investimento (3,3M€; 2,2M€ após efeito fiscal); ii) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida no Orçamento de Estado para 2014 (25,1M€)

Resultado Líquido [Milhões euros]	Setembro 2015	Setembro 2014	Var. %
EBITDA⁵	372,3	374,2	-0,5%
Amortizações	156,4	151,4	3,3%
Resultados Financeiros ⁵	-70,5	-79,0	10,8%
Imposto do Exercício	28,4	40,1	-29,3%
Contribuição Extraordinária para o Sector Energético ⁶	25,4	25,1	1,5 %
Resultado Líquido⁶	91,6	78,7	16,5%
Itens não recorrentes ⁶	1,7	27,3	-93,7%
Resultado Líquido Recorrente	93,3	106,0	-11,9%

⁵ O proveito financeiro decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal (0,3M€) – denominado FTR (Financial Transaction Rights), foi reclassificado de resultados financeiros para Proveitos.

⁶ Valor de 2014 reexpresso (ver nota 3 do Relatório e Contas).

1.2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

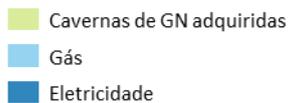
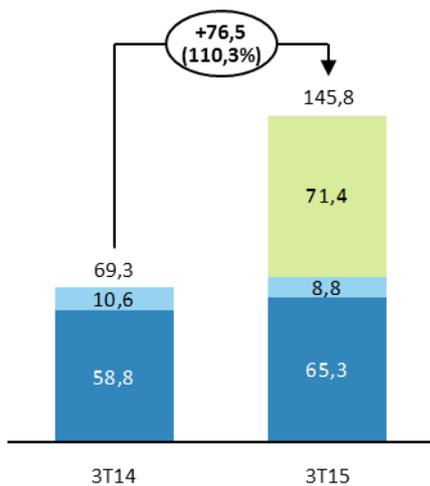
CAPEX E RAB MÉDIO

O Capex ascendeu a 145,8M€ no 3º trimestre de 2015, um aumento de 76,5M€ face a setembro de 2014. Esta evolução é explicada pela aquisição à Galp dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural em Maio de 2015 (71,4M€).

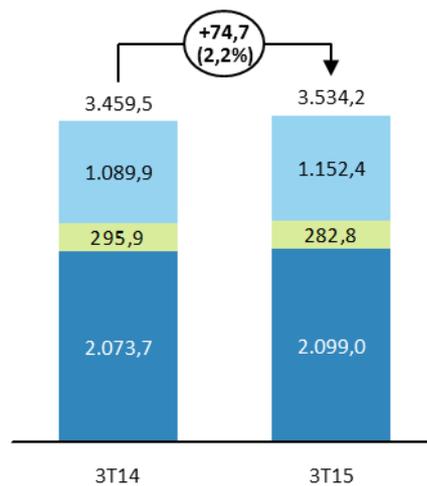
Na eletricidade destacam-se os investimentos de 5,3M€ na subestação de Vila Nova de Famalicão 400/60kV e 8,6M€ na abertura da Linha Recarei - Vermoim 4 a 400 kV para Vila Nova de Famalicão, ambos integrados no projeto do novo eixo a 400kV entre as zonas do Porto e Minho, e o investimento de 8,2M€ na linha Vieira do Minho – Pedralva 2 a 400Kv+150Kv.

As transferências para exploração apresentaram um crescimento de 65,7M€, para os 79,6M€, devido à aquisição dos ativos de armazenamento subterrâneo à Galp referida anteriormente. Refletindo o mesmo efeito, o RAB médio cresceu 2,2% (+74,7M€), dos quais +12,2M€ na eletricidade e +62,5M€ no gás.

INVESTIMENTO (M€)



RAB MÉDIO (M€)



1.3 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE JULHO E 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

Demonstrações consolidadas dos resultados (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	01.07.2015 a 30.09.2015	01.07.2014 a 30.09.2014
Vendas	132	115
Prestações de serviços	131.858	138.078
Rendimentos de construção em ativos concessionados	46.857	33.301
Ganhos e perdas imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	138	98
Subsídios à exploração	-	8
Outros rendimentos operacionais	5.006	4.962
Total dos rendimentos operacionais	183.992	176.562
Custo das vendas	(111)	(185)
Gastos de construção em ativos concessionados	(42.490)	(28.831)
Fornecimentos e serviços externos	(8.120)	(10.003)
Gastos com pessoal	(12.529)	(13.026)
Depreciações e amortizações do exercício	(52.314)	(50.501)
Outros gastos operacionais	(2.803)	(2.561)
Total dos gastos operacionais	(118.367)	(105.107)
Resultado operacional	65.624	71.455
Gastos de financiamento	(25.449)	(29.818)
Rendimentos financeiros	(463)	2.610
Dividendos de empresas participadas	351	(0)
Resultado financeiro	(25.561)	(27.208)
Resultado consolidado antes de impostos	40.063	44.247
Imposto sobre o rendimento	(11.006)	(11.339)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(12.722)	(12.532) (a)
Resultado líquido consolidado do período	16.335	20.376
Atribuível a:		
Acionistas do grupo REN	16.335	20.376
Resultado líquido consolidado do período	16.335	20.376
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	0,03	0,04

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

Demonstrações consolidadas do rendimento integral (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>01.07.2015 a</u> <u>30.09.2015</u>	<u>01.07.2014 a</u> <u>30.09.2014</u>
Resultado líquido consolidado do período	16.335	20.376 (a)
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:		
Itens que não serão reclassificados para resultados:		
Ganhos / (perdas) actuariais	308	-
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	(89)	-
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:		
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	(4.958)	(927)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	1.041	213
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	3.059	7.230
Efeito fiscal da reserva de justo valor	(643)	(1.663)
Total do rendimento consolidado integral do período	<u>15.054</u>	<u>25.229</u>
Atribuível a:		
Acionistas	15.054	25.229
	<u>15.054</u>	<u>25.229</u>

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

30 DE SETEMBRO DE 2015

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	set 2015	dez 2014
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	742	682
Goodwill		3.774	3.774
Ativos intangíveis	5	3.827.402	3.838.228
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	13.109	12.575
Ativos disponíveis para venda	9	149.190	144.443
Instrumentos financeiros derivados	11	29.756	21.970
Outros ativos financeiros	8	92.105	93.482
Clientes e outras contas a receber	10	136.304	86.182
Ativos por impostos diferidos	7	66.440	65.982
		4.318.821	4.267.320
Corrente			
Inventários		1.439	1.779
Clientes e outras contas a receber	10	241.828	459.785
Ativos disponíveis para venda	9	-	62.530
Imposto sobre o rendimento a receber	7	-	10.219
Outros ativos financeiros	8	8.864	8.864
Caixa e equivalentes de caixa	12	68.794	114.258
		320.924	657.435
Total do Ativo	4	4.639.745	4.924.755
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Reservas	13	319.291	315.621
Resultados acumulados		201.454	183.896
Outras variações no capital próprio		30	-
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		91.609	112.777
Total capital próprio		1.135.656	1.135.567
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	14	2.057.579	2.207.514
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	122.781	126.617
Instrumentos financeiros derivados	11	19.386	24.581
Provisões para outros riscos e encargos	16	5.220	4.947
Fornecedores e outras contas a pagar	17	342.917	328.228
Passivos por impostos diferidos	7	83.069	92.270
		2.630.953	2.784.157
Corrente			
Empréstimos obtidos	14	553.660	396.952
Provisões para outros riscos e encargos	16	1.725	2.369
Fornecedores e outras contas a pagar	17	307.857	605.710
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	9.893	-
		873.136	1.005.031
Total Passivo	4	3.504.088	3.789.188
Total do capital próprio e passivo		4.639.745	4.924.755

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de setembro de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	set 2015	set 2014
Vendas	4 e 18	532	175
Prestações de serviços	4 e 18	396.493	418.511
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 19	145.490	69.310
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	6	534	324
Subsídios à exploração		-	10
Outros rendimentos operacionais	20	35.869	15.921
Total dos rendimentos operacionais		578.918	504.250
Custo das vendas		(536)	(447)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(133.469)	(54.788)
Fornecimentos e serviços externos	21	(24.786)	(25.779)
Gastos com pessoal	22	(38.762)	(39.305)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(156.417)	(151.413)
Reversões / (reforços) de provisões	16	245	(227)
Reversões / (perdas) por imparidade	9	(600)	(28)
Outros gastos operacionais	23	(9.021)	(9.100)
Total dos gastos operacionais		(363.346)	(281.086)
Resultado operacional		215.571	223.164
Gastos de financiamento	24	(80.553)	(93.103)
Rendimentos financeiros	24	6.004	7.534
Dividendos de empresas participadas	9	4.387	6.200
Resultado financeiro		(70.163)	(79.369)
Resultado consolidado antes de impostos		145.409	143.795
Imposto sobre o rendimento	7	(28.354)	(40.077)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	25	(25.445)	(25.065) (a)
Resultado líquido consolidado do período		91.609	78.654
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		91.609	78.654
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		91.609	78.654
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	26	0,17	0,15

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	30 de setembro	
		2015	2014
Resultado líquido consolidado do período		91.609	78.654 (a)
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados:</i>			
Ganhos / (perdas) actuariais	15	1.048	551
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	7	(304)	(171)
Outras variações de capital próprio		30	-
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</i>			
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	11	11.141	(2.006)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	7 e 11	(2.340)	461
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	6.094	41.913
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	(422)	(9.835)
<i>Ajustamentos de reclassificação:</i>			
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	(20.083)	-
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	3.966	-
Total do rendimento consolidado integral do período		90.740	109.568
Atribuível a:			
Acionistas		90.740	109.568
Interesses não controlados		-	-
		90.740	109.568

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas								Resultado período	Total
		Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Outras Reservas	Outras variações	Resultados acumulados		
A 1 de janeiro de 2014		534.000	(10.728)	91.492	20.886	(17.989)	177.245	-	163.356	121.303	1.079.566
Total do rendimento integral do período (a)		-	-	-	32.078	(1.544)	-	-	380	78.654	109.568
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	5.804	-	-	-	-	115.500	(121.303)	-
A 30 de setembro de 2014 (a)		534.000	(10.728)	97.295	52.964	(19.533)	177.245	-	188.586	78.654	1.098.483
A 1 de janeiro de 2015		534.000	(10.728)	97.295	60.313	(19.468)	177.482	-	183.896	112.777	1.135.567
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(10.445)	8.801	-	30	744	91.609	90.740
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	5.313	-	-	-	-	107.464	(112.777)	-
A 30 de setembro de 2015		534.000	(10.728)	102.608	49.869	(10.667)	177.482	30	201.454	91.609	1.135.656

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	set 2015	set 2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.500.688 a)	2.008.342 a)
Pagamentos a fornecedores		(1.148.832) a)	(1.523.544) a)
Pagamentos ao pessoal		(46.946)	(47.212)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(19.309)	(84.936)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(67.292)	(63.018)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		218.309	289.632
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos disponíveis para venda	9	63.278	-
Ativos fixos tangíveis		3	-
Outros ativos financeiros		1.422	15.795
Subsídios ao investimento		4.123	177
Juros e rendimentos similares		139	5.646
Dividendos	9	5.513	7.180
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos financeiros		-	(57.172)
Ativos disponíveis para venda		-	(100)
Ativos fixos tangíveis		(2)	(1)
Ativos intangíveis - ativos de concessão		(175.089)	(84.347)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(100.613)	(112.822)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.824.000	3.363.000
Juros e rendimentos similares		-	74
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.838.764)	(3.497.271)
Juros e gastos similares		(70.210)	(84.851)
Dividendos	27	(90.650)	(90.650)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		(175.625)	(309.698)
Aumento líquido (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(57.928)	(132.888)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	112.599	167.126
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	54.671	34.238
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	12	21	21
Descobertos bancários	12	(14.123)	(17.127)
Depósitos bancários	12	68.773	51.343
		54.671	34.238

(a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

1 Informação geral

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;

b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a

quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid, foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *Joint Venture* no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 30 de setembro de 2015 a REN possui ainda:

- a) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade detém as participações no capital do OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGMR, S.A. (“OMIP”) que assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo;
- b) Uma participação de 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;
- c) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

d) Uma participação de 6,66% na empresa MedGrid SAS e uma participação de 7,5% na empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”).

Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	30 de setembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
		Percentagem de capital detido Grupo	Individual	Percentagem de capital detido Grupo	Individual
EMPRESA MÃE:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS					
Segmento da Electricidade:					
REN - Rede Electrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de electricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia eléctrica a partir das ondas do mar	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico , Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projectos e empreendimentos no sector do gás natural	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento,manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2015 face ao reportado em 31 de dezembro de 2014.

Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas semestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de novembro de 2015. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada, devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2015.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”),

emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adoptadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2014. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados. Contudo, a Empresa reavaliou a aplicação da IFRIC 21 - Taxas.

IFRIC 21 - Taxas

A IFRIC 21 - Taxas é numa interpretação à IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos e pretende esclarecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento, sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

No decurso do terceiro trimestre de 2015, a REN reavaliou a aplicação da IFRIC 21, acompanhando as tendências do setor, tendo reconhecido, na demonstração consolidada dos resultados, do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, o montante total relativo à Contribuição extraordinária sobre o setor energético de 2015 (Nota 25), ao invés de reconhecer os gastos com aquela Contribuição na demonstração dos resultados ao longo do exercício de 2015, tal como efetuado no exercício precedente.

Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas de forma a incluir o mesmo critério de reconhecimento, tendo como efeitos um acréscimo da rubrica de “Contribuição extraordinária sobre o setor energético” (e como tal uma redução do Resultado líquido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014), por contrapartida da rubrica de “Diferimentos”, no montante de 6.266 milhares de Euros.

De referir que, a aplicação desta interpretação não afeta os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, mas apenas as demonstrações financeiras

consolidadas intercalares. Consequentemente, a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2014 não foi reexpressa.

Adoção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015:

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010 - 2012) (alteração) - Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2010-2012 incidiram na revisão, nomeadamente, da IAS 16 (esclarece o tratamento contabilístico a aplicar quando a entidade adote o método de revalorização na mensuração subsequente de Ativos fixos tangíveis), IFRS 3 (clarifica alguns aspetos no registo de uma retribuição contingente incluída numa concentração de atividade empresarial) e IFRS 8 (introduz novos requisitos de divulgação: (i) julgamento da gestão para agregação de segmentos operacionais, e (ii) reconciliação entre os ativos por segmentos e os ativos da entidade).

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011 - 2013) (alteração) - No âmbito da revisão cíclica efetuada para o período 2011-2013 foram alteradas, nomeadamente, as seguintes normas: IAS 40 (clarifica a necessidade de aplicar separadamente a IFRS 3 e a IAS 40 para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou grupo de ativos ou uma concentração de atividades empresariais); IFRS 3 (exclui do âmbito de aplicação da IFRS 3 a contabilização inicial de um Acordo conjunto constituído no âmbito da IFRS 11 nas suas próprias demonstrações financeiras); e IFRS 13 (clarifica que a exceção à mensuração pelo justo valor estabelecida no parágrafo 48 deve ser aplicada a todos os ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos abrangidos pela IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativo financeiro e passivo financeiro que constam da IAS 32).

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 19 "Benefícios dos Empregados" (alteração) - Esta alteração vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01-jan-18	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a aplicação das regras da contabilidade de cobertura.
IFRS 14 - Contas diferidas regulatórias	01-jan-16	A IFRS 14 vem estabelecer os requisitos de relato por parte de entidades que adotam pela 1ª vez o normativo IFRS aplicáveis a itens regulatórios, permitindo a manutenção das políticas contabilísticas do normativo anterior quanto ao reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e imparidade. A IFRS prevê a apresentação dos itens regulatórios reconhecidos separadamente dos restantes ativos e passivos, bem como dos gastos e rendimentos.
IFRS 15 - Rébito de contratos com clientes	01-jan-18	Esta norma pretende substituir as atuais normas do rébito (IAS 11 e IAS 18) e vem clarificar os princípios de reconhecimento do rébito, tornando consistente a sua aplicação às diversas transações e atividades económicas.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01-jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Alterações à IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras	01-jan-16	Esta alteração faz parte de um projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (<i>disclosure initiative</i>), constituindo esta revisão o primeiro passo desse projeto. Consequentemente, esta alteração procede à alteração de um conjunto de divulgações previstas na IAS 1.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	01-jan-16	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 Benefícios aos Empregados, e IAS 34 Relato Financeiro Intercalar.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01-jan-16	Esta alteração deriva de um conflito entre a IAS 28 e a IFRS 10 no reconhecimento do ganho proveniente da alienação de uma empresa subsidiária (com perda de controlo) a uma adquirente que é, simultaneamente, uma empresa associada ou Joint Venture do investidor. Esta alteração estabelece que o ganho deverá, por um lado, ser reconhecido por inteiro no caso da alienação se enquadrar como uma concentração de atividades empresariais), no âmbito da IFRS 3, e por outro lado, reconhecer somente a sua quota parte do ganho quando se trate de uma aquisição de ativos ou conjunto de ativos.
Alterações à IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas	01-jan-16	Esta alteração visa restabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, <i>joint ventures</i> e associadas nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
Alterações à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura	01-jan-16	Esta emenda vem alterar o modo de mensuração dos ativos biológicos, especificamente os usados na produção de produtos agrícolas. Neste sentido, é permitida a opção de mensurar estes ativos biológicos no âmbito da IAS 16 através do método do custo, em detrimento do justo valor. Contudo, os produtos agrícolas derivados destes ativos biológicos devem continuar a ser mensurados na âmbito da IAS 41 pelo justo valor menos os custos estimados de venda.
Alterações à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 38 - Activos intangíveis	01-jan-16	As emendas vêm clarificar quais os métodos de depreciação e amortização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que são permitidos.
Alterações à IFRS 11 - Acordos conjuntos	01-jan-16	Esta alteração exige ao adquirente de uma participação numa operação conjunta, em que a actividade é um negócio (como definido na IFRS 3 - concentração de atividades empresariais) (i) aplicar todos os princípios contabilísticos de concentrações de atividades empresariais previstos na IFRS 3 e outras IFRS, com exceção dos princípios que entram em conflito com a orientação da IFRS 11 e (ii) divulgar as informações requeridas pela IFRS 3 e outras IFRSs para concentrações de atividades empresariais.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 30 de setembro de 2015.

4. Informação por segmentos

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e dois segmentos secundários. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas a riscos e benefícios similares.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	264.088	128.836	4.317	28.171	(28.388)	397.025
Inter-segmentos	471	425	51	27.441	(28.388)	-
Externas	263.617	128.411	4.267	730	-	397.025
Rendimentos de construção em activos concessionados	65.283	80.207	-	-	-	145.490
Gastos de construção em activos concessionados	(55.075)	(78.394)	-	-	-	(133.469)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	534	-	534
Fornecimentos e serviços externos	(30.064)	(16.803)	(1.247)	(13.075)	36.402	(24.786)
Gastos com pessoal	(17.101)	(5.851)	(204)	(15.607)	-	(38.762)
Outros gastos e rendimentos operacionais	12.433	1.636	(329)	20.585	(8.015)	26.311
Cash flow operacional	239.565	109.632	2.537	20.609	-	372.343
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.387	-	4.387
Gastos não reembolsáveis	-	-	-	-	-	-
Depreciações e amortizações	(112.962)	(43.275)	(7)	(173)	-	(156.417)
Reversões / (reforços) de provisões	(67)	345	-	(33)	-	245
Imparidades	-	-	-	(600)	-	(600)
Resultados financeiros	-	-	-	-	-	-
Rendimentos financeiros	51	12.666	56	128.916	(135.686)	6.004
Gastos de financiamento	(55.553)	(26.476)	(1)	(134.209)	135.686	(80.553)
Resultado antes de impostos	71.034	52.892	2.586	18.896	-	145.409
Imposto sobre o rendimento	(10.669)	(14.156)	(594)	(2.935)	-	(28.354)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(18.203)	(7.242)	-	-	-	(25.445)
Resultado líquido do período	42.162	31.494	1.992	15.962	-	91.609

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	290.954	124.249	3.900	29.384	(29.802)	418.686
Inter-segmentos	667	-	46	29.089	(29.802)	-
Externas	290.287	124.249	3.854	295	-	418.686
Rendimentos de construção em activos concessionados	58.751	10.559	-	-	-	69.310
Gastos de construção em activos concessionados	(46.847)	(7.941)	-	-	-	(54.788)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	324	-	324
Fornecimentos e serviços externos	(31.217)	(16.841)	(1.532)	(14.147)	37.960	(25.779)
Gastos com pessoal	(17.907)	(5.578)	(164)	(15.655)	-	(39.305)
Outros gastos e rendimentos operacionais	13.037	1.370	(69)	203	(8.158)	6.384
Cash flow operacional	266.770	105.819	2.134	109	-	374.832
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	6.200	-	6.200
Gastos não reembolsáveis	-	-	-	-	-	-
Depreciações e amortizações	(109.625)	(41.582)	(9)	(198)	-	(151.413)
Reversões / (reforços) de provisões	(188)	-	-	(39)	-	(227)
Imparidade de dívidas a receber	(22)	(5)	-	-	-	(28)
Resultados financeiros	-	-	-	-	-	-
Rendimentos financeiros	1.267	11.620	88	131.223	(136.664)	7.534
Gastos de financiamento	(57.704)	(27.933)	(1)	(144.128)	136.664	(93.103)
Resultado antes de impostos	100.498	47.918	2.212	(6.833)	-	143.795
Imposto sobre o rendimento	(30.913)	(13.642)	(556)	5.035	-	(40.077)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (a)	(17.940)	(7.125)	-	-	-	(25.065)
Resultado líquido do período	51.645	27.151	1.655	(1.798)	-	78.654

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	529.831	-	1.475.870	(2.005.702)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.603.069	1.224.397	0	677	-	3.828.144
Outros ativos	410.950	528.244	6.950	4.360.706	(4.495.249)	811.601
Total do ativo	3.014.019	2.282.472	6.951	5.837.254	(6.500.951)	4.639.745
Total do passivo	2.437.435	1.083.920	3.603	4.474.380	(4.495.249)	3.504.088
Total do investimento	64.603	80.954	-	242	-	145.799
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	67	-	-	242	-	309
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	64.535	80.954	-	-	-	145.490
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	10.950	-	10.950
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	2.159	-	2.159

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	533.578	-	1.474.138	(2.007.716)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.650.718	1.187.541	13	638	-	3.838.910
Outros ativos	511.054	441.173	6.357	4.001.118	(3.873.857)	1.085.844
Total do ativo	3.161.773	2.162.292	6.370	5.475.894	(5.881.573)	4.924.755
Total do passivo	2.559.108	959.718	2.655	4.141.563	(3.873.857)	3.789.188
Total do investimento	137.411	25.776	-	64	-	163.251
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	1	-	-	64	-	65
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	137.410	25.776	-	-	-	163.186
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	10.828	-	10.828
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	1.747	-	1.747

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2014			Movimentos					31 de dezembro de 2014		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(96)	6	-	-	-	(4)	-	103	(100)	2
Equipamento de transporte	1.386	(579)	806	57	(112)	-	(233)	67	1.330	(746)	585
Equipamento administrativo	231	(131)	100	7	(3)	22	(34)	3	257	(162)	95
Ativos fixos tangíveis em curso	21	-	21	1	-	(22)	-	-	-	-	-
	1.740	(806)	934	65	(115)	-	(272)	70	1.690	(1.008)	682
	1 de janeiro de 2014			Movimentos					31 de dezembro de 2014		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	6.789.675	(2.997.317)	3.792.358	3.883	(1.870)	190.634	(202.357)	1.849	6.982.322	(3.197.824)	3.784.498
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessões	85.062	-	85.062	159.303	-	(190.634)	-	-	53.730	-	53.730
	6.874.737	(2.997.317)	3.877.420	163.186	(1.870)	-	(202.357)	1.849	7.036.052	(3.197.824)	3.838.228
Total do ativo fixo tangível e intangível	6.876.477	(2.998.123)	3.878.354	163.251	(1.985)	-	(202.628)	1.919	7.037.742	(3.198.832)	3.838.910

As adições registadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 referem-se essencialmente à aquisição à Galp, através da sua participada Transgás Armazenagem, S.A., dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural no montante de 71.451 milhares de Euros e aos direitos subjacentes aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de eletricidade.

As adições verificadas em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 detalham-se como se segue:

	set 2015	dez 2014
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 220KV	11.145	11.046
Construção de linha de 400 KV	15.428	37.003
Construção de outras linhas	1.206	12.930
Construção de novas subestações	8.481	20.779
Ampliação de subestações	21.835	40.806
Outras remodelações em subestações	1.251	5.185
Sistema de informação e telecomunicações	3.174	5.290
Construção zona piloto - energia das ondas	192	299
Edifícios afectos à concessão	1.582	1.106
Outros ativos	309	2.966
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	2.111	6.987
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	6.799	16.842
Ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	71.451	-
Projectos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	594	1.947
Segmentos outros		
Outros ativos	242	65
Total das adições	145.799	163.251

As principais transferências nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 detalham-se como se segue:

	set 2015	dez 2014
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 220KV	1.794	11.033
Construção de linha de 400 KV	-	36.841
Construção de outras linhas	-	12.255
Subestações novas	190	19.421
Ampliação de subestações	3.270	50.662
Outras remodelações em subestações	1.143	4.251
Sistema de informação e telecomunicações	578	7.775
Outros ativos concessionados	604	1.135
Outros ativos	-	22
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	625	7.260
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	56	38.166
Projectos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	-	1.835
Total das transferências	8.259	190.656

Os ativos intangíveis em curso em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são conforme se segue:

	set 2015	dez 2014
Segmento eletricidade		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	43.116	17.132
Ampliação e remodelação de subestações	31.751	13.078
Projetos de novas estações	19.650	11.359
Outros projetos	4.890	1.889
Edifícios afectos à concessão	3.331	2.353
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	7.504	6.018
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	8.341	1.598
Projectos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	898	303
Total do ativo em curso	119.481	53.730

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 30 de setembro de 2015, ascenderam a 2.054 milhares de Euros (3.427 milhares de Euros em 30 de setembro de 2014), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 9.966 milhares de Euros (11.094 milhares de Euros em 30 de setembro de 2014) (Nota 19).

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são detalhados como se segue:

	set 2015	dez 2014
Valor bruto	4.713	4.656
Amortizações e depreciações acumuladas	(1.598)	(1.149)
Valor líquido	3.115	3.507

6 Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a informação financeira relativa às participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira						Fração de capital detida			
			Ativos correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rendimentos	Resultado líquido	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
Método da equivalência patrimonial:												
30 de setembro de 2015												
Associada: OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	1.032	29.073	236	1.706	770	380	380	40	10.950	122
Empreendimento conjunto Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	7.131	189	2.992	9	2.174	825	825	50	2.159	412
											13.109	534
Método da equivalência patrimonial:												
31 de dezembro de 2014												
Associada: OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	436	29.349	259	1.667	1.086	546	546	40	10.829	218
Empreendimento conjunto Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	8.873	36	5.401	13	2.229	405	405	50	1.747	202
											12.575	421

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 30 de setembro de 2015 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas	
A 1 de janeiro de 2015	10.829
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	122
A 30 de setembro de 2015	10.950

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras do ano anterior, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 30 de setembro de 2015 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2015	1.747
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	412
A 30 de setembro de 2015	2.159

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”), controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido Centro de Investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	Outra informação financeira						
	30 de setembro de 2015						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	7.090	6	9	(20)	7	(2)	(94)

	Outra informação financeira						
	31 de dezembro de 2014						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	3.695	6	13	(9)	47	(3)	(128)

7 Imposto sobre o rendimento

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2015.

No exercício de 2015 e em conformidade com a Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 7,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 29,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de setembro de 2015, foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 são detalhados como se segue:

	set 2015	set 2014
Imposto corrente	38.280	34.974
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(1.169)	(3.309)
Imposto diferido	(8.757)	8.412
Imposto sobre o rendimento	28.354	40.077

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	set 2015	set 2014
Resultado antes de impostos	145.409	143.795
Diferenças permanentes:		
Variações patrimoniais positivas/(negativas)	30	(6)
Gastos não dedutíveis	1.768	618
Rendimentos não tributáveis	(9.100)	(3.131)
Diferenças temporárias:		
Desvios tarifários	(2.650)	(30.991)
Provisões e imparidades	273	52
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	3.883	3.742
Obrigações de benefícios de reforma	(2.788)	(1.612)
Outros	627	-
Lucro tributável	137.451	112.469
Impostos sobre o rendimento	28.865	25.938
Derrama estadual sobre o lucro tributável	6.771	6.672
Derrama municipal	2.027	1.971
Tributações autónomas	617	392
Imposto corrente	38.280	34.974
Imposto diferido	(8.757)	8.412
Imposto diferido	(8.757)	8.412
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(1.169)	(3.309)
Gasto com impostos sobre o rendimento	28.354	40.077
Taxa efetiva de imposto	19,50%	27,87%

Imposto sobre o rendimento

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	set 2015	dez 2014
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	-	(46.859)
Pagamentos por conta	-	53.301
Retenções na fonte por terceiros	-	3.837
Imposto a recuperar do exercício anterior	-	(60)
Imposto a receber	-	10.219
Imposto estimado	38.280	-
Pagamentos por conta	(28.765)	-
Retenções na fonte por terceiros	(502)	-
Imposto a pagar do exercício anterior	881	-
Imposto a pagar	9.893	-

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	set 2015	set 2014
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	3.101	2.978
Passivos por impostos diferidos	5.656	(11.391)
	<u>8.757</u>	<u>(8.412)</u>
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(2.643)	291
Passivos por impostos diferidos	3.544	(9.835)
	<u>901</u>	<u>(9.544)</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	9.658	(17.957)

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - setembro 2015

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2015	1.818	36.715	22.275	5.175	-	-	65.982
Aumento/reversão por capital	-	(304)	-	(2.340)	-	-	(2.643)
Reversão por resultados	-	(809)	(6.874)	-	-	-	(7.683)
Aumento por resultados	76	-	-	-	10.526	182	10.784
Movimento do período	76	(1.113)	(6.874)	(2.340)	10.526	182	458
A 30 de setembro de 2015	1.894	35.602	15.401	2.836	10.526	182	66.440

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2014

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2014	1.749	39.128	21.548	5.373	2	67.800
Aumento/reversão por capital	-	(1.658)	-	(198)	-	(1.856)
Reversão por resultados	(48)	(755)	-	-	(2)	(806)
Aumento por resultados	117	-	727	-	-	844
Movimento do período	69	(2.413)	727	(198)	(2)	(1.818)
A 31 de dezembro de 2014	1.818	36.715	22.275	5.175	-	65.982

Em 30 de setembro de 2015 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, e na sequência de obtenção de decisão favorável de recuperação fiscal de imparidade de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP, a Empresa reconheceu ativos por impostos diferidos no montante de 10.526 milhares de Euros.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - setembro 2015

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2015	54.246	26.659	11.365	92.270
Aumento/reversão por capital	-	-	(3.544)	(3.544)
Reversão por resultados	(6.137)	(1.112)	-	(7.249)
Constituição por resultados	-	1.593	-	1.593
Movimentos do período	(6.137)	481	(3.544)	(9.200)
A 30 de setembro de 2015	48.109	27.140	7.820	83.069

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2014

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2014	44.666	28.486	805	73.956
Aumento/reversão por capital	-	(237)	10.560	10.323
Reversão por resultados	9.581	-	-	9.581
Constituição por resultados	-	(1.591)	-	(1.591)
Movimentos do período	9.581	(1.828)	10.560	18.313
A 31 de dezembro de 2014	54.246	26.659	11.365	92.270

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

8 Ativos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Setembro de 2015

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	68.794	68.794	68.794
Cientes e outras contas a receber	10	378.132	-	-	-	-	-	378.132	378.132
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	1.530	99.438	100.968	100.968
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	149.190	-	-	149.190	149.190
Instrumentos financeiros derivados	11	-	28.897	858	-	-	-	29.756	29.756
Total ativos financeiros		378.132	28.897	858	149.190	1.530	168.232	726.839	726.839
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.611.239	2.611.239	2.588.817
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	339.818	339.818	339.818
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	9.893	9.893	9.893
Instrumentos financeiros derivados	11	-	19.386	-	-	-	-	19.386	19.386
Total passivos financeiros		-	19.386	-	-	-	2.960.950	2.980.336	2.957.914

Dezembro de 2014

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	114.258	114.258	114.258
Cientes e outras contas a receber	10	545.967	-	-	-	-	-	545.967	545.967
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	2.910	99.436	102.346	102.346
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	206.973	-	-	206.973	206.973
Imposto sobre o rendimento a receber	7	10.219	-	-	-	-	-	10.219	10.219
Instrumentos financeiros derivados	11	-	21.970	-	-	-	-	21.970	21.970
Total ativos financeiros		556.186	21.970	-	206.973	2.910	213.694	1.001.734	1.001.734
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.604.466	2.604.466	2.730.714
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	618.679	618.679	618.679
Instrumentos financeiros derivados	11	-	24.581	-	-	-	-	24.581	24.581
Total passivos financeiros		-	24.581	-	-	-	3.223.145	3.247.726	3.373.974

A rubrica de “Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados”, no montante de 1.530 milhares de Euros, corresponde ao investimento financeiro do Grupo no fundo fechado “Luso Carbon Fund”, com um prazo de maturidade de dez anos.

A rubrica “Outros ativos financeiros” inclui um depósito de garantia a favor do BEI de 99.435 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 99.435 milhares de Euros).

Os empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado derivado de cobertura de justo valor (Nota 11), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade,

tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos cash flows descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,118% e 1,543% (maturidades de um dia e vinte anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo em 30 de setembro de 2015 é de 2.588.817 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 2.730.714 milhares de Euros), dos quais 709.625 milhares de Euros se encontram registados ao custo amortizado e incluem um elemento de justo valor resultante de movimentos na taxa de juro (em 31 de dezembro de 2014 era de 421.906 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de setembro de 2015, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Participações	100.363	45.660	-	146.023
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	3.477	-	3.477
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	25.421	-	25.421
Ativos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	858	-	858
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	1.530	-	-	1.530
		101.893	75.416	-	177.308
Passivos:					
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	709.624	-	709.624
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	12.729	-	12.729
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	6.657	-	6.657
		-	729.010	-	729.010
		101.893	(653.594)	-	(551.701)

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 30 de setembro de 2015, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

9 Ativos disponíveis para venda

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida	set 2015	dez 2014
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	100.363	99.104
Enagás, S.A.	Madrid	Espanha	-	-	62.530
Med Grid SAS	Paris	França	6,66%	600	600
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	Maputo	Moçambique	7,50%	45.660	41.572
				<u>149.790</u>	<u>206.973</u>
Imparidade					
Med Grid SAS				(600)	-
				<u>149.190</u>	<u>206.973</u>

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	ENAGAS	Total
1 de janeiro de 2014	3.167	500	42.205	65.654	45.360	156.886
Aquisições	-	100	-	-	-	100
Ajustamento de justo valor	-	-	(633)	33.450	17.170	49.987
31 de dezembro de 2014	3.167	600	41.572	99.104	62.530	206.973
1 de janeiro de 2015	3.167	600	41.572	99.104	62.530	206.973
Ajustamento de justo valor	-	-	4.087	1.259	748	6.094
Alienações	-	-	-	-	(63.278)	(63.278)
Perda por imparidade	-	(600)	-	-	-	(600)
30 de setembro de 2015	3.167	-	45.660	100.363	-	149.190

A participação na REE está registada ao justo valor determinado com base na cotação bolsistas da participação financeira à data de 30 de setembro de 2015.

A Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”) é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 30 de setembro de 2015.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 a REN alienou a totalidade das ações detidas na Enagás, representativas de 1% do respetivo capital ao seu valor de mercado, pelo montante total de 63.278 milhares de Euros, tendo gerado uma mais-valia de 20.083 milhares de Euros (Nota 20).

A Enagás assume a responsabilidade pelo transporte e gestão do sistema de gás natural em Espanha, em termos bolsistas encontra-se listada na bolsa de Madrid integrando, inclusivamente, o índice “IBEX 35”. A participação financeira foi valorizada ao justo valor pelo Grupo até à sua alienação tendo por base a sua cotação.

A REN é detentora de 6,66% do capital social da Medgrid, SAS. Este projeto é um consórcio internacional, que promove e facilita o desenvolvimento das redes de interligação do Mediterrâneo, permitindo o transporte para a Europa de eletricidade renovável produzida em África.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN a Párpública - Participações Públicas, SGPS,

S.A. a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (MedGrid e OMEL) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a REN reconheceu uma perda por imparidade, no montante de 600 milhares de Euros, referente à participação financeira na Medgrid, S.A.S., derivado desta sociedade se encontrar em processo de dissolução.

Relativamente ao investimento detido na OMEL não existe na data de relato qualquer indício de imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica “Reserva de justo valor” que em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresenta os seguintes montantes:

	Reserva de justo valor (Nota 13)
1 de janeiro de 2014	20.886
Variação de justo valor	49.987
Efeito fiscal	(10.560)
31 de dezembro de 2014	60.313
1 de janeiro de 2015	60.313
Variação de justo valor	6.094
Alienações	(20.083)
Efeito fiscal	3.544
30 de setembro de 2015	49.869

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 os dividendos atribuídos ao Grupo foram como se segue:

	set 2015	set 2014
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	2.934	2.462
Enagás, S.A.	-	1.824
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	76	57
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	1.376	1.858
	4.387	6.200

Estes montantes foram reconhecidos em rendimentos financeiros na demonstração consolidada dos resultados, tendo sido recebidos 5.513 milhares de Euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (7.180 milhares de Euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014).

10 Clientes e outras contas a receber

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	set 2015			dez 2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	177.130	155	177.285	326.935	155	327.090
Imparidade de clientes e contas a receber	(844)	-	(844)	(844)	-	(844)
Clientes - Valor líquido	<u>176.286</u>	<u>155</u>	<u>176.441</u>	<u>326.090</u>	<u>155</u>	<u>326.246</u>
Desvios tarifários	49.130	136.148	185.279	120.538	86.027	206.565
Estado e Outros Entes Públicos	16.412	-	16.412	13.157	-	13.157
Clientes e outras contas a receber	<u>241.828</u>	<u>136.304</u>	<u>378.132</u>	<u>459.785</u>	<u>86.182</u>	<u>545.967</u>

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 53.478 milhares de Euros (216.736 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014) e (ii) da Galp, o qual ascende a 9.794 milhares de Euros (19.304 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014).

No saldo das contas a receber de clientes, destaca-se ainda a faturação não emitida da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 15.053 milhares de Euros (22.336 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A. inclui a faturação de acerto dos “CMEC - Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual”, no montante de 128.676 milhares de Euros, também refletidos na rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” (Nota 17) pela fatura da EDP Gestão da Produção de Energia, S.A.. Esta transação configura-se como um *pass-through* na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

	set 2015	dez 2014
Saldo inicial	(844)	(822)
Aumentos	-	(22)
Saldo final	<u>(844)</u>	<u>(844)</u>

11 Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	30 de setembro de 2015			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	575 000 mEuros	-	3.477	-	9.717
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 mJPY / 72 899 mEuros	-	-	-	3.012
		-	3.477	-	12.729
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	700 000 mEuros	-	25.421	-	6.657
		-	25.421	-	6.657
Derivados de negociação					
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	-	858	-	-
		-	858	-	-
Instrumentos financeiros derivados		-	29.756	-	19.386

	Nocional	31 de dezembro de 2014			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	275.000.000 EUR	-	-	-	14.282
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 mJPY / 72 899 mEuros	-	-	-	10.300
		-	-	-	24.581
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400.000.000 EUR	-	21.970	-	-
		-	21.970	-	-
Instrumentos financeiros derivados		-	21.970	-	24.581

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pela REN SGPS com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e/ou câmbio futuras.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 30 de setembro de 2015, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 6.030 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2014 era de 614 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 eram as seguintes:

	Nocional de referência	Moeda	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em 30-09-2015	Justo valor em 31-12-2014
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de taxa de juro	575 000 mEuros	EUR	[0,75%;2,77%]	[-0,038%;0,00%] (taxas variáveis)	[dez-2016; dez-2024]	(6.240)	(14.282)
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 000 JPY / 72 899 mEuros	EUR/JPY	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	(3.012)	(10.300)
						(9.252)	(24.581)
Derivados designados como cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	700 000 mEuros	EUR	[0,048%;0,076%] (taxas variáveis)	[0,61%;1,72%]	[out-2020; fev-2025]	18.764	21.970
						18.764	21.970
Derivados designados como negociação							
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	EUR	taxas variáveis a fixar futuramente	[0,00%;0,99%]	2024	858	-
						858	-
					Total	10.370	(2.611)

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral e semestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é apresentado no quadro seguinte:

Setembro de 2015

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	5.769	205.769	63.462	-	-	-	300.000	575.000
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	-	-	-	-	-	400.000	300.000	700.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	5.769	205.769	63.462	-	-	400.000	732.899	1.407.899

Dezembro de 2014

	2015	2016	2017	2018	2019	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	5.769	205.769	63.462	-	-	-	275.000
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	-	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	-	-	-	-	-	400.000	400.000
Total	5.769	205.769	63.462	-	-	472.899	747.899

Swaps:**Cobertura de fluxos de caixa**

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

O nocial dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é, à data de 30 de setembro de 2015, de 575.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 275.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de setembro de 2015, é de 6.240 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2014 era de 14.282 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* em 30 de setembro de 2015 é de 3.012 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2014 era de 10.300 milhares de Euros negativos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 foi desfavorável no montante de 5.388 milhares de Euros, tendo sido

compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foi desfavorável em 3.307 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira foi de 3.788 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 foi de 4.463 milhares de Euros).

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 13.503 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 24.644 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto Imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2014	(23.362)	5.373	(17.989)
Varição de justo valor e ineficácia	(1.282)	(198)	(1.480)
31 de dezembro de 2014	(24.644)	5.175	(19.468)
1 de janeiro de 2015	(24.644)	5.175	(19.468)
Varição de justo valor e ineficácia	11.141	(2.340)	8.801
30 de setembro de 2015	(13.503)	2.836	(10.667)

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes da emissão de dívida efetuada. O risco coberto corresponde à variação do justo valor da emissão de dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

O Grupo procedeu, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a uma emissão de dívida de 300.000 milhares de Euros a taxa fixa. Por forma a gerir as variações de justo valor dessa emissão, a Empresa contratou *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa, com um nocional de 300.000 milhares de Euros.

Em 30 de setembro de 2015 o justo valor destes *swaps* de taxa de juro, com um nocional de 700.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 400.000 milhares de Euros) é de 18.764 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2014 era de 21.970 milhares de Euros positivos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a alteração de justo valor da emissão de dívida relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 12.282 milhares de Euros positivos (em 30 de setembro de 2014 era de 25.049 milhares de Euros negativos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 3.134 milhares de Euros positivos (em 30 de setembro de 2014 era de 541 milhares de Euros positivos).

Derivados de Negociação

O Grupo contratou, em fevereiro de 2015, um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com o IAS 39, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é de 60.000 milhares de Euros à data de 30 de setembro de 2015. Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 30 de setembro de 2015, é de 858 milhares de Euros positivos.

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente nos resultados do exercício. O rendimento registado nos resultados do exercício relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação é de 858 milhares de Euros.

12 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	set 2015	dez 2014
Caixa	21	-
Depósitos bancários	68.773	114.258
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	68.794	114.258
Descobertos bancários (Nota 14)	(14.123)	(1.659)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	54.671	112.599

13 Capital social e ações próprias

Capital social

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

Ações próprias

Em 30 de setembro de 2015, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Porcentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Reservas e resultados acumulados

A rubrica de “Reservas”, no montante de 319.291 milhares de Euros, inclui:

- Reservas legais: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 30 de setembro de 2015 esta rubrica ascende a 102.608 milhares de Euros;
- Reservas de justo valor: inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (49.869 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;
- Reserva de cobertura - inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (10.667 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11.
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias (reservas livres), e (ii) variações de capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 30 de setembro de 2015 esta rubrica ascende a 177.482 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso.

14 Empréstimos obtidos

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é como se segue:

	30 setembro de 2015			31 dezembro de 2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	330.000	1.203.869	1.533.869	113.500	1.240.762	1.354.262
Empréstimos bancários	75.142	687.101	762.243	111.654	747.388	859.042
Papel Comercial	100.000	173.500	273.500	150.000	227.000	377.000
Descobertos bancários (Nota 12)	14.123	-	14.123	1.659	-	1.659
Locações financeiras	1.161	1.971	3.132	1.049	2.231	3.280
	<u>520.426</u>	<u>2.066.441</u>	<u>2.586.867</u>	<u>377.862</u>	<u>2.217.381</u>	<u>2.595.243</u>
Juros a pagar - empréstimos	38.727	-	38.727	25.787	-	25.787
Juros pagos (antecipação)	(5.492)	(8.862)	(14.354)	(6.697)	(9.867)	(16.564)
Empréstimos	<u>553.660</u>	<u>2.057.579</u>	<u>2.611.240</u>	<u>396.952</u>	<u>2.207.514</u>	<u>2.604.466</u>

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	20.488	101.806	426.854	285.541	502.372	729.380	2.066.441
Dívida - Corrente	129.429	390.996	-	-	-	-	-	520.426
	<u>129.429</u>	<u>411.484</u>	<u>101.806</u>	<u>426.854</u>	<u>285.541</u>	<u>502.372</u>	<u>729.380</u>	<u>2.586.867</u>

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 30 de setembro de 2015 é o seguinte:

30 de setembro de 2015					
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros	
Emissões privadas REN SGPS					
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'					
26-06-2009	26-06-2024	mJPY 10.000.000 (i)	Taxa fixa (ii)	Semestral	
21-09-2012	21-09-2016	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 6,25%	Semestral	
16-01-2013	16-01-2020	mEUR 150.000 (i)	Taxa variável	Trimestral	
31-01-2013	31-01-2018	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 4,125%	Anual	
17-10-2013	16-10-2020	mEUR 400.000 (ii)	Taxa fixa EUR 4,75%	Anual	
12-02-2015	12-02-2025	mEUR 300.000 (ii)	Taxa fixa EUR 2,50%	Anual	

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados swaps de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 900.000 milhares de Euros, estando disponíveis 626.500 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 600.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 foram efetuadas as seguintes operações:

- O Grupo procedeu a uma nova emissão obrigacionista a taxa fixa no montante de 300.000 milhares de Euros; e
- No âmbito do contrato de financiamento assinado em 2010 com o Banco Europeu de Investimento para financiamento de projetos na área de eletricidade, foi desembolsada a segunda tranche, no montante de 75.000 milhares de Euros.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria (556.451 milhares de Euros) por empréstimos do BEI - Banco Europeu de Investimento.

O Grupo tem ainda 80.000 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

Decorrente da cobertura de justo valor existente, sobre emissões de dívida de 700.000 milhares de Euros (Nota 11), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro, diretamente em resultados, no montante de 12.282 milhares de Euros positivos (em 30 de setembro de 2014 era de 25.049 milhares de Euros negativos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 99% acima do valor mínimo (em 31 de dezembro de 2014, encontrava-se 97% acima do limite).

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação de notações *rating* abaixo dos níveis estipulados.

A REN e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são detalhados como se segue:

	set 2015	dez 2014
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.216	1.133
Entre 1 e 5 anos	2.044	2.309
	<u>3.259</u>	<u>3.442</u>
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(126)	(162)
Valor actual do passivo das locações financeiras	<u>3.132</u>	<u>3.280</u>
	set 2015	dez 2014
Valor actual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.161	1.049
Entre 1 e 5 anos	1.971	2.231
	<u>3.132</u>	<u>3.280</u>

15 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como Outros benefícios). O Grupo atribui aos empregados planos de seguro de vida.

Em novembro de 2012, o Grupo REN denunciou o Acordo Coletivo de Trabalho (“ACT”) que abrangia apenas uma parte dos colaboradores (cerca de 50%) apresentando aos sindicatos uma proposta de um ACT global abrangendo as empresas da esfera do Grupo REN. Esta proposta de novo acordo visou integrar num só documento regulamentação diversa e dispersa existente nas diversas empresas, adequando o documento às atuais necessidades do Grupo.

Em 30 de janeiro de 2015 o Grupo REN chegou a acordo com a totalidade dos sindicatos representativos dos seus colaboradores relativamente à negociação do novo ACT, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2015.

Face à alteração dos benefícios de longo prazo decorrentes da alteração do ACT foi preparado uma avaliação atuarial para o período findo em 30 de junho de 2015, incorporando as seguintes alterações nas responsabilidades futuras:

- Plano Médico, foram considerados os novos limites de participações;
- Plano Outros Benefícios, foi incluído o benefício de Eletricidade.

As alterações decorrentes do novo ACT nos benefícios de reforma constituíram, em conformidade com o disposto na IAS 19, uma alteração ao plano tendo sido reconhecida em resultados do período.

Os valores reportados a 30 de setembro de 2015 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 30 de junho de 2015, considerando a estimativa de salários para o ano de 2015.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	set 2015	dez 2014
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	82.082	86.465
Cuidados médicos e outros benefícios	40.529	39.996
Plano de seguro de vida	170	157
	122.781	126.617

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	set 2015	dez 2014
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)		
Plano de pensões	3.481	4.286
Cuidados médicos e outros benefícios	2.078	1.247
Plano de seguro de vida	13	12
Total de Gastos na demonstração dos resultados	5.572	5.545

A rubrica de “Gastos com pessoal” relativos a benefícios aos empregados no montante de 5.572 milhares de Euros inclui o efeito relativo à alteração do plano decorrente do novo ACT: (i) 5.435 milhares de Euros positivos no plano médico; e (ii) 6.493 milhares de Euros negativos nos Outros Benefícios.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	set 2015	dez 2014
Taxa anual de desconto	2,00%	2,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,70%	2,70%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,20%	1,20%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0,00%	0,00%
Taxa de inflação	1,20%	1,20%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	3,50%	3,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	223 €	223 €
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,20%	1,20%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

16 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	set 2015	dez 2014
Saldo inicial	7.316	5.903
Aumentos	273	1.449
Reversão	(519)	-
Utilizações	(126)	(35)
Saldo final	6.945	7.316
Provisão corrente	1.725	2.369
Provisão não corrente	5.220	4.947
	6.945	7.316

Em 30 de setembro de 2015 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e a uma provisão para reestruturação no montante de 1.213 milhares de Euros no âmbito do processo de reestruturação do Grupo em curso.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	setembro 2015			dezembro 2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente (Nota 8)	111.710	-	111.710	263.608	-	263.608
Outros credores						
Credores diversos (Nota 8)	87.198	29.682	116.879	145.500	27.788	173.288
Desvios tarifários (Nota 8)	14.411	20.278	34.689	55.650	2.975	58.625
Fornecedores de investimento (Nota 8)	56.839	-	56.839	99.813	-	99.813
Estado e outros entes públicos (Nota 8) (i)	13.886	-	13.886	18.615	-	18.615
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	18.000	292.957	310.956	17.795	297.465	315.259
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias (Nota 8)	5.814	-	5.814	4.729	-	4.729
Fornecedores e outras contas a pagar	307.857	342.917	650.774	605.710	328.228	933.938

(i) Os saldo de estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos

Em 30 de setembro de 2015 a rubrica “Credores diversos” inclui, essencialmente: (i) o montante de 14.999 milhares de Euros relativo a uma verba recebida pelo Estado Português, em 3 de janeiro de 2014, que será devolvida ao Sistema Elétrico Nacional, para efeitos de redução do défice tarifário e mitigação do impacto tarifário dos custos com a política energética, nos termos da legislação aplicável; e (ii) o reconhecimento em 2015 da obrigação referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.445 milhares de Euros (Nota 25).

Para este saldo contribui ainda o valor a faturar da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 15.053 milhares de Euros (22.336 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o saldo da rubrica de “Fornecedores conta corrente” inclui o acerto dos “CMEC - Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual” faturado pela EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., no montante de 128.676 milhares de Euros, também refletidos na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 10) através da fatura emitida à EDP - Distribuição de Energia, S.A.. Esta transação configura um *pass-through* na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

18 Vendas e prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados é detalhado como se segue:

	set 2015	set 2014
Vendas de Materiais		
Mercado interno	532	175
	<u>532</u>	<u>175</u>
Prestação de Serviços		
Transporte de electricidade e gestão global do sistema	260.762	286.600
Transporte de gás natural	86.102	91.524
Regaseificação	25.713	23.290
Armazenamento de gás natural	16.522	9.346
Rede de telecomunicações	3.809	3.768
Margem do Agente Comercial - REN Trading	2.580	3.418
Outros	1.004	565
	<u>396.493</u>	<u>418.511</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>397.025</u>	<u>418.686</u>

19 Rendimentos e gastos de construção

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão.

O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

	set 2015	set 2014
<u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	133.469	54.788
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	2.054	3.427
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	9.966	11.094
	<u>145.490</u>	<u>69.310</u>
<u>Gastos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	133.469	54.788
	<u>133.469</u>	<u>54.788</u>

20 Outros rendimentos operacionais

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	set 2015	set 2014
Reconhecimento de subsídios ao investimento	13.500	13.342
Proveitos suplementares	1.047	1.255
Mais-valia na alienação da Enagás (Nota 9)	20.083	-
Outros	1.239	1.324
	35.869	15.921

21 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 apresentava o seguinte detalhe:

	set 2015	set 2014
Comissões a entidades externas i)	5.991	5.982
Custos de manutenção	5.531	6.180
Custos com energia eléctrica	3.270	2.944
Custos com seguros	2.312	2.109
Subcontratos de transporte de gás	2.083	1.959
Vigilância e segurança	1.238	1.246
Combustíveis e outros fluídos	1.221	1.229
Deslocações e estadas	767	833
Custos com publicidade e comunicação	695	864
Outros (inferiores a 800 milhares de Euros)	1.678	2.433
	24.786	25.779

- i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

22 Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” é detalhada da seguinte forma:

	set 2015	set 2014
Remunerações		
Órgãos sociais	1.827	1.733
Pessoal	24.317	24.653
	<u>26.144</u>	<u>26.387</u>
Encargos sociais e outros gastos		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	5.572	5.545
Encargos sobre remunerações	5.444	5.509
Custos de acção social	152	176
Outros	1.449	1.687
	<u>12.618</u>	<u>12.918</u>
Total de Gastos com o pessoal	<u>38.762</u>	<u>39.305</u>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

23 Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	set 2015	set 2014
Custos de funcionamento da ERSE i)	6.907	6.746
Donativos	42	95
Impostos	652	732
Quotizações	900	935
Outros	520	592
	<u>9.021</u>	<u>9.100</u>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de electricidade e do gás.

24 Gastos de financiamento e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	set 2015	set 2014
Gastos de financiamento		
Juros suportados	79.557	92.020
Instrumentos financeiros derivados	704	134
Outros gastos financeiros	293	950
	80.553	93.103
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	1.951	3.288
Instrumentos financeiros derivados	4.012	4.228
Ganhos em outros ativos financeiros	42	18
	6.004	7.534

25 Contribuição extraordinária sobre o setor energético

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº82-B/2014, de 31 de dezembro.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2015 (1 de janeiro de 2015) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (i.e. o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de Janeiro de 2015) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determináveis, a REN reconheceu um passivo no montante de 25.445 milhares de Euros (Nota 17) (no período de nove meses findo em 30 de

setembro de 2014 foi de 25.065 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, conforme descrito na Nota 3, a REN reconheceu em gastos do período a totalidade do montante apurado de Contribuição extraordinária sobre o setor energético relativa ao exercício de 2015.

26 Resultado por ação

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		set 2015	set 2014
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	91.609	78.654 (a)
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	530.118.626	530.118.626
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,17	0,15

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

27 Dividendos por ação

No dia 17 de abril de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2014, no montante de 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

A distribuição de dividendos, apurados em função do resultado consolidado do exercício de 2013, ascendeu a 91.314 milhares de Euros (0,171 euros por ação). O dividendo atribuível às ações próprias ascendeu a 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

28 Garantias prestadas

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro 2014, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	set 2015	dez 2014
BEI	Para garantir empréstimos	313.749	272.404
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.152	4.079
Operador Mercado Ibérico	Garantir a liquidação da dívida exequenda	2.000	2.000
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Instituto da Segurança Social	Garantir a liquidação da dívida	511	511
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	205	205
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Garantia prestada no âmbito de subsídio ao investimento (Reforço Beira Interior)	177	177
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Garantia de processos em curso	153	153
Câmara Municipal de Aveiro	Garantia de processos em curso	87	43
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	84	84
Alrisa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Contrato de arrendamento urbano	15	-
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Garantir a suspensão de processo de execução	2	2
		346.854	307.377

29 Partes relacionadas

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro 2014, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	set 2015		dez 2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
Gestmin, SGPS, S.A.	31.455.951	5,89%	31.326.951	5,87%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.371.068	5,31%	26.421.424	4,95%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,00%	26.707.335	5,00%
Oliren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.	-	-	15.667.174	2,93%
Ações próprias	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
Free float	176.584.272	33,07%	162.995.742	30,52%
	534.000.000	100,00%	534.000.000	100,00%

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Em julho de 2015, os membros do Conselho de Administração, Manuel Champalimaud (Vogal do Conselho de Administração) e Manuel Sebastião (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria) adquiriram, respetivamente, um total de 129.000 e 2.000 ações.

Adicionalmente, o vogal do Conselho de Administração, Jorge Magalhães Correia, informou que no decorrer do terceiro trimestre de 2015, foram realizadas transações sobre ações representativas do capital social da REN, através de uma entidade sua relacionada (Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.), tendo sido adquiridas 1.323.160 ações e alienadas 1.349 ações.

Para além das transações mencionadas, não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2014.

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN,SGPS ascenderam a 1.827 milhares de Euros (1.733 milhares de Euros em 30 de setembro de 2014) conforme quadro abaixo:

	set 2015	set 2014
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	1.827	1.733
	1.827	1.733

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 3.2 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014).

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	set 2015	set 2014
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - EDP	686.561	1.041.304
Faturação emitida - OMIP	2	463
Faturação emitida - North China International Power (Grupo State Grid)	-	140
Faturação emitida - REE	2.393	383
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	138	72
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Dividendos - REE	2.934	2.462
	<u>692.028</u>	<u>1.044.824</u>

Os valores apresentados como faturação emitida à EDP referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Elétrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como uma transação de agente cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos

	set 2015	set 2014
Fornecimentos e serviços externos		
Faturação recebida - EDP	277.696	463.985
Faturação recebida - OMIP	-	178
Faturação recebida - REE	3.624	767
Faturação recebida - Norfin - Serviços, S.A. ¹	-	3
Faturação recebida - Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	-	2
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ²	64	100
	281.383	465.035

¹ Entidade relacionada com o Grupo EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.

² Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

Os valores apresentados como faturação recebida da EDP são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

Saldos

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	set 2015	dez 2014
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
EDP - clientes	69.990	227.448
EDP - cauções	155	-
EDP - outros devedores	1.189	1.633
OMIP - outros devedores	-	2
OMIP - cauções	-	700
Oman Oil - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	4	211
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Clientes	7	15
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	-	1
REE - clientes	176	35
	71.522	230.044
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
EDP - saldo em fornecedores	6.061	132.979
OMIP - outras contas a pagar	-	183
OMIP - cauções recebidas	-	27
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	-	7
Norfin Sociedade Gestora de Fundos - cauções recebidas ¹	-	9
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ²	19	20
REE - fornecedores	407	248
	6.488	133.472

¹ Entidades relacionadas com o Grupo EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.

² Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

30 Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira não ocorreram eventos que dessem origem a ajustamentos ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa do período findo em 30 de setembro de 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Maria Teresa Martins

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa
(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Manuel Champalimaud
(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Francisco João Oliveira
(Vogal do Conselho de Administração)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Longhua Jiang
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Gil Mata
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Omar Al Wahaibi
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Estela Barbot
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e Contas (3º Trimestre de 2015) foram rubricadas pelo Secretário da Sociedade e pelo Técnico Oficial de Contas.